

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UF/BA

Estudo Técnico Preliminar 39/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 23066.031641/2025-11

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar tem como objetivo justificar a necessidade de aquisição de produtos lubrificantes e desengripantes destinados à manutenção, higienização e conservação de equipamentos e instrumentos utilizados em ambientes clínicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais. A aquisição visa garantir a eficiência, durabilidade e segurança dos equipamentos, assegurando a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população.

Os itens descritos a seguir são indispensáveis para atender às diferentes demandas das unidades:

- Desengripante:** Produto essencial para a liberação de peças metálicas travadas por ferrugem ou sujeira, facilitando manutenções corretivas e preventivas, especialmente em ambientes com alta umidade.
- Lubrificante mineral para instrumental cirúrgico - sustentável:** Necessário para a conservação e bom funcionamento de instrumentos cirúrgicos, prevenindo oxidação e desgaste precoce. A formulação sustentável atende às exigências ambientais, alinhando-se às práticas de consumo responsável.
- Lubrificante odontológico:** Específico para equipamentos odontológicos de alta rotação, garantindo o bom desempenho, prolongando a vida útil dos instrumentos e promovendo segurança nos atendimentos clínicos.
- Óleo lubrificante e desengripante em spray:** Produto de uso versátil para manutenção de equipamentos diversos, facilitando a aplicação e assegurando ação rápida na remoção de oxidações e na lubrificação de partes móveis.
- Óleo lubrificante para bomba de vácuo:** Essencial para o funcionamento eficiente de bombas de vácuo, equipamentos com papel fundamental em procedimentos clínicos, laboratoriais e odontológicos.
- Óleo lubrificante líquido, mineral, ISO VG 100, uso compressor:** Indicado para compressores utilizados em unidades de saúde, proporcionando lubrificação adequada sob condições severas de trabalho, evitando falhas operacionais e garantindo a longevidade dos equipamentos.

A aquisição desses insumos é estratégica para manter a infraestrutura funcional, reduzir custos com manutenções corretivas e mitigar riscos operacionais. Dessa forma, contribui-se diretamente para a eficiência dos serviços de saúde e a segurança dos profissionais e pacientes atendidos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FACULDADE DE ARQUITETURA	Dir. Prof. Fábio Macêdo Velame
FACULDADE DE ODONTOLOGIA	Dir. Profª. Sônia Cristina Lima Chaves
INSTITUTO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Diretora Profª. Maiana Brito de Matos
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE	Dir. Prof. Roberto José Meyer Nascimento
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA /UFBA	Tatiana Bittencourt Dumet
ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA E ZOOTECNIA	Dir. Prof. Rodrigo Freitas Bittencourt
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE	Dir. Prof. Marcio Vasconcelos Oliveira
ALMOXARIFADO	Juliana Araújo Dantas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Universidade Federal da Bahia necessita adquirir desengripantes e lubrificantes especiais para manutenção de equipamentos médico-odontológicos e industriais.

Esses itens são facilmente comparáveis entre si, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no instrumento de contratação, não requerem especificações técnicas complexas e são amplamente disponíveis no mercado, o que os classifica como bens e serviços comuns, conforme preceitua o inciso XIII do art. 6º da Lei 14.133/21.

Ainda, esclarece-se que os bens a serem adquiridos não se enquadram como bens de luxo (art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021) e não exigem fornecimento contínuo, não havendo necessidade de prorrogação contratual para além da vigência comum do prazo a ser estipulado.

Os bens deverão atender as características, especificações técnicas e padrões de qualidade constantes nas descrições do item 7 do presente ETP e também detalhadas no Termo de Referência, devendo ser levada em consideração as especificações constantes no Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT do SIASG e seus adendos;

Os produtos a serem contratados devem atender aos seguintes requisitos mínimos, conforme especificações abaixo:

1. Desengripante:

- Produto em spray ou líquido com propriedades anticorrosivas e de penetração em peças metálicas oxidadas;
- Capaz de remover ferrugem e liberar componentes travados;
- Deve ser isento de substâncias agressivas ao meio ambiente e ao operador.

2. Lubrificante Mineral para Instrumental Cirúrgico – Sustentável:

- Lubrificante líquido à base mineral, biodegradável ou de baixo impacto ambiental;
- Compatível com materiais utilizados em instrumentais cirúrgicos (aço inoxidável, alumínio, etc.);
- Deve ser não tóxico, isento de silicone e resistente à esterilização;

3. Lubrificante Odontológico:

- Produto específico para canetas de alta e baixa rotação;
- Deve possuir bico aplicador compatível com os padrões de conexões odontológicas;
- Lubrificação eficiente com formulação que não comprometa o funcionamento ou a esterilização dos instrumentos.

4. Óleo Lubrificante e Desengripante em Spray:

- Produto multifuncional que atue tanto como lubrificante quanto desengripante;
- Embalagem em spray pressurizado com válvula aplicadora;
- Ação anticorrosiva e proteção de peças metálicas.

5. Óleo Lubrificante para Bomba de Vácuo:

- Óleo específico para lubrificação de bombas de vácuo utilizadas em ambientes laboratoriais e odontológicos;
- Alta estabilidade térmica e resistência à oxidação;
- Deve ser compatível com as especificações técnicas dos fabricantes dos equipamentos em uso.

6. Óleo Lubrificante Líquido, Mineral, ISO VG 100, Uso em Compressor:

- Óleo mineral com grau de viscosidade ISO VG 100;
- Indicado para compressores de ar operando sob condições de trabalho moderadas a severas;
- Boa resistência à oxidação e propriedades antidesgaste.

7. Critérios e Práticas de Sustentabilidade:

7.1. Deverá ser observada a política de logística reversa com distribuidores de óleos lubrificantes, conforme DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022;

7.2. Contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade, no que couber:

7.2.1. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

7.2.1.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

7.2.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

7.2.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

7.3. Deem preferência ao uso de equipamentos, ferramentas e peças novas que estejam adequadas às necessidades do mercado e à sustentabilidade.

7.4. Observar a Resolução nº 804, de 2019 da ANP (estabelece critérios para obtenção do registro de graxas e óleos lubrificantes a serem comercializados no território nacional).

5. Levantamento de Mercado

Os desengripantes e lubrificantes especiais possuem um grande número de fornecedores existentes no mercado nacional, distribuidores e importadores que, por sua vez, oferecem materiais dentro das especificações necessárias para suprir as necessidades da Universidade, o que possibilita a obtenção de melhores preços, maior concorrência e vantagem para a Administração.

Assim, foi realizado um levantamento de mercado, verificando-se as seguintes alternativas possíveis de soluções:

Solução 01: Aquisição por meio de Adesão à Ata de Registro de Preços - estabelece a possibilidade de uma proposta mais vantajosa numa licitação a ser aproveitada por outros órgãos e entidades, os quais não participaram na origem da licitação. Assim, ao encontrar atas vigentes no SIASG que atendam tanto no quantitativo necessário quanto na especificação técnica do objeto, tal procedimento se torna vantajoso para a Administração Pública. Contudo, diante da grande quantidade de itens a serem adquiridos, a adesão não é a solução mais célere e adequada para a presente contratação.

Solução 02: Aquisição por Dispensa de Licitação – Conforme dispõe o art. 75 da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), é possível a contratação direta por dispensa de licitação em razão do valor, observando-se o limite de até R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). No entanto, considerando que a dispensa constitui procedimento de caráter excepcional e que a Universidade busca assegurar a observância dos princípios da ampla concorrência, da economicidade e da transparência, conclui-se que essa não se apresenta como a solução mais adequada para a presente contratação.

Solução 03: Registrar Intenção de Registro de Preços junto a outro Órgão na condição de participante - permite otimizar processos licitatórios, obter melhores preços e, consequentemente, boas oportunidades para as empresas. Entretanto, como os itens a serem adquiridos possuem especificações próprias da Universidade, o Registro de Intenção de Registro de Preços não é adequado para a presente contratação.

Solução 04: Aquisição através de Licitação mediante Sistema de Registro de Preços - Para os bens a serem adquiridos existe um grande número de fabricantes, distribuidores e empresas prestadoras no mercado para os itens a serem licitados. Sendo assim, para adquirir esses bens e serviços (com as características necessárias e desejadas pela UFBA), o Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços, se mostra a modalidade mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação da quantidade total, conforme os art. 82 a art.86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

6. Descrição da solução como um todo

De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto 11.462, de 2023, a modalidade Pregão Eletrônico será utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, podendo, ainda, ser utilizado o conjunto de procedimentos do Sistema de Registro de Preços.

Considerando as necessidades institucionais e as alternativas disponíveis para viabilizar essa contratação, a equipe de planejamento determinou que, por se tratar de material comum, a modalidade mais adequada para atender às demandas da instituição é a licitação por Pregão Eletrônico com SRP, que será conduzida pelo próprio órgão.

Importante destacar que a licitação por SRP tem como objetivo registrar preços de fornecedores, que se comprometem a fornecer os bens ou executar os serviços conforme estipulado na Ata de Registro de Preços, com vigência de até 12 meses. Durante esse período, poderão ser realizadas novas aquisições sempre que necessário, respeitando as condições estabelecidas na ata.

O SRP é regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, o que proporciona uma vantagem significativa: a redução do número de licitações. A Administração poderá efetuar compras ou contratações durante a vigência da ata, sempre que necessário, até o limite de quantitativos previamente licitados.

O critério de julgamento adotado será o "menor preço", conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Assim, após abertura do pregão, as seguintes etapas ocorrerão:

- Convocação dos interessados;
- Recebimento das propostas;
- Análise das propostas;
- Fase de lances;
- Aceitação das propostas;
- Verificação da habilitação dos licitantes;
- Manifestação da intenção de recurso;
- Juízo de admissibilidade;
- Fase recursal;
- Adjudicação do objeto ao licitante vencedor;

Uma vez homologado o certame, será formalizada e assinada a Ata de Registro de Preços, com validade de 12 meses, a fim de atender às quantidades necessárias e às especificações relevantes para a Universidade e suas unidades/órgãos.

Dessa forma, tendo em vista as particularidades dos bens a serem adquiridos e a dinâmica do processo licitatório, torna-se necessário estabelecer de maneira clara as condições de fornecimento, prazos de entrega e a forma de contratação. A seguir, detalham-se as especificações relacionadas ao regime de fornecimento, prazo de entrega e demais aspectos contratuais:

6.1. Prazo de entrega:

- O prazo para entrega dos bens será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do envio, por parte da Universidade, da nota de empenho por e-mail, em remessa única. Contudo, a quantidade empenhada será solicitada conforme a demanda da UFBA, podendo variar de acordo com as necessidades da instituição.

6.2. Regime de Fornecimento:

- Como os objetos licitados não exigem obrigações futuras e nem assistência técnica, e considerando que a entrega ocorrerá dentro do prazo de 10 dias úteis após o pedido formal de fornecimento pela Universidade, conclui-se que o regime de fornecimento será integral com entrega imediata, conforme estabelecido no art. 6º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Emissão de Nota de Empenho:

- Em conformidade com o art. 95, inciso II, da Lei nº 14.133/21, o instrumento de contrato poderá ser dispensado pela Administração, sendo substituído por outro instrumento hábil, neste caso, pela nota de empenho de despesa. Essa substituição aplica-se quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, os quais não gerem obrigações futuras, incluindo a prestação de assistência técnica, independentemente do valor da aquisição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem contratadas foram formadas a partir do levantamento das necessidades das unidades da UFBA que registraram suas demandas através do planejamento realizado no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para inclusão no Plano de Contratação Anual - PCA.

A metodologia de cálculo para quantificar o objeto foi baseada na demanda histórica e projeções de uso futuro, considerando o crescimento das atividades e o número de alunos e funcionários. A não realização dessa contratação poderia resultar em atrasos significativos nas operações diárias, afetando a entrega de serviços educacionais e administrativos, o que comprometeria a capacidade da universidade de cumprir sua missão constitucional.

Assim, após análise do planejamento realizado pelas unidades no SIPAC, o Núcleo de Compras da Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) da UFBA formalizou o processo de aquisição para atender à demanda planejada para toda a Universidade.

Segue abaixo tabela com os quantitativos dos itens e valores unitários máximos estimados:

Item	Especificação do item	Código SIPAC/ CATMAT /CATSER	Unidade	Quant. Total
1	DESENGRIMPANTE Desengripante, Composição: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação,Tensoativo, Apresentação: Spray, Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo.	3003000000002 /242118	Unidade	20
2	LUBRIFICANTE MINERAL P/ INSTRUMENTAL CIRÚRGICO Lubrificante Mineral, Composição: Óleo Branco Grau Médio, Base Parafina, Aplicação: C/Tampa Aplicadora,P	3003000000006/ 298502	Unidade	8

	/Instrumental Cirúrgico, Características Adicionais: S /Silicone E Flúor,Biodegradável 90%.			
3	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO Lubrificante Odontológico, Composição Básica: Óleo Mineral, Apresentação: Spray Com Adaptador, Aplicação: Caneta Baixa Rotação, Características Adicionais: Sem CFC. ADENDO: Frasco de 200 ml.	3003000000005 /246563	Frasco	10
4	ÓLEO LUBRIFICANTE E DESENGRIPANTE EM SPRAY Desengripante, Composição: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação,Tensoativo, Apresentação: Spray, Finalidade: Eliminar Ferrugem / Repelir Umidade / Lubrificar, Aplicação: Lubrificante E Anticorrosivo. ADENDO: Frasco de 300 ml.	3003000000008 /242215	Frasco	107
5	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA BOMBA DE VÁCUO Óleo Lubrificante, Uso: Industrial, Tipo: Sintético, Classificação: Multiuso, Viscosidade: Iso Vg 220. ADENDO: Óleo para bomba de vácuo mecânica de alta performance, compatível com bomba mecânica de vácuo marca EDWARDS, composto de polímero sintético de hidrocarbonetos, inerte quimicamente, estável em altas temperaturas e baixas pressões de vapor (menor que < 1X10-7 MBAR A 25 °C), ponto de ebulição 133 °C (0,01 TORR). Óleo da bomba de vácuo mecânica (evacuação) premium, 1 L PART Nº 8829953800.	3001000000002 /462782	Litro	32
6	ÓLEO LUBRIFICANTE, LÍQUIDO, MINERAL, ISO VG 100, USO COMPRESSOR Óleo Lubrificante, Uso: Industrial, Tipo: Mineral, Classificação: Multiuso, Viscosidade: Iso Vg 100. ADENDO: Líquido, para compressores.	3003000000007 /461655	Litro	300

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 23.931,09

O custo estimado da contratação é de R\$ 23.931,09 (vinte e três mil, novecentos e trinta e um reais e nove centavos).

Os valores estimados foram colhidos através de contratações de outros entes públicos, de consultas em sítios eletrônicos e de pesquisa direta com fornecedor para melhor visualização das características dos itens.

Ademais, considerando o art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021, foram utilizados como métodos para obtenção do preço estimado por item a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, sobre um conjunto de três preços.

Ainda, ressalta-se que foram desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, para estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A adjudicação do pregão eletrônico - SRP - será por item, visto que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, além de ser técnica e economicamente viável, conforme indicado pela Lei nº 14.133/21.

Junto a isso, o parcelamento do objeto visa propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, podem fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, permitindo que empresas distintas sejam contratadas.

Assim, a divisão do objeto em itens permite o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, promovendo a economicidade e ampliando a competição, evitando a concentração de mercado.

Além disso, a natureza diversificada dos itens, que inclui canetas, fitas adesivas, papéis, entre outros, facilita a distribuição logística e o armazenamento, que podem ser gerenciados de forma eficiente, sem risco de deterioração dos materiais.

Ademais, a estrutura física para recebimento e armazenamento dos materiais já está adequada para acomodar os diferentes tipos de produtos, garantindo a integridade e a qualidade até o seu uso final. A gestão de estoque modular, baseada na demanda e no consumo previsto, também suporta o parcelamento, permitindo entregas escalonadas que se alinham com as necessidades operacionais e acadêmicas da universidade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000003/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 07/11/2024

III) Id do item no PCA: 1984 e 1985;

IV) Classe/Grupo:

9150 - ÓLEOS E GRAXAS PARA CORTE, LUBRIFICAÇÃO E SISTEMAS HIDRÁULICOS;

6850 - ESPECIALIDADES QUÍMICAS DIVERSAS.

V) Identificador da Futura Contratação: 153038-27/2025

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação dos itens relacionados a seguir trará benefícios significativos à rotina operacional e à manutenção dos equipamentos da instituição: desengripante; lubrificante mineral para instrumental cirúrgico – sustentável; lubrificante odontológico; óleo lubrificante e desengripante em spray; óleo lubrificante para bomba de vácuo; e óleo lubrificante mineral ISO VG 100 para uso em compressor.

Esses produtos contribuem diretamente para o aumento da vida útil dos equipamentos, redução de falhas mecânicas, melhoria na performance de instrumentos e dispositivos, além da preservação das condições de uso ideais dos componentes técnico-hospitalares e odontológicos.

Adicionalmente, a utilização de produtos sustentáveis, como o lubrificante mineral para instrumental cirúrgico, reforça o compromisso com práticas ambientalmente responsáveis. A padronização e disponibilidade contínua desses insumos garantem maior eficiência nos processos de manutenção preventiva e corretiva, promovendo economia de recursos públicos e maior segurança nas atividades assistenciais das unidades da UFBA.

13. Providências a serem Adotadas

Não foram identificadas providências a serem adotadas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A utilização dos produtos contratados — desengripante; lubrificante mineral para instrumental cirúrgico (sustentável); lubrificante odontológico; óleo lubrificante e desengripante em spray; óleo para bomba de vácuo; e óleo lubrificante ISO VG 100 — pode gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao descarte inadequado de resíduos e embalagens, bem como à emissão de compostos voláteis durante o uso, especialmente no caso de produtos em spray ou de base mineral.

No entanto, a adoção de lubrificantes sustentáveis, como o lubrificante mineral para instrumental cirúrgico, representa um avanço significativo na mitigação desses impactos, uma vez que esses produtos são desenvolvidos com menor toxicidade e maior biodegradabilidade.

Para minimizar os impactos ambientais, recomenda-se:

- **Armazenamento e uso adequado**, conforme instruções dos fabricantes, evitando vazamentos e contaminação do solo e da água;
- **Descarte correto** de resíduos e embalagens, conforme normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, da política de logística reversa e diretrizes da UFBA para resíduos perigosos e químicos;
- **Capacitação de servidores e técnicos** para o manuseio seguro e ambientalmente responsável dos produtos;
- **Preferência por produtos com certificações ambientais**, quando disponíveis, em futuras aquisições.

Essas ações estão alinhadas ao compromisso da UFBA com a sustentabilidade ambiental e à busca por soluções que conciliem eficiência técnica e responsabilidade ecológica.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- b) providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- d) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que esteja previamente registrado na ANP;
- e) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) de fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- f) Só será admitida a oferta de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;
- g) Só será admitida a oferta de óleos lubrificantes para motores (relacionados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019, da ANP), classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da mesma Resolução;
- h) Não será aceita a oferta de produto que se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a Equipe de Planejamento aponta como viável a aquisição de desengripantes e lubrificantes especiais para manutenção de equipamentos médico-odontológicos e industriais, considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a disponibilidade de fornecedores no mercado a conformidade da solução proposta com a legislação vigente, garantindo, assim, a legalidade e o atendimento ao interesse público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LORENA ANDRADE BARRETO SILVA

Equipe de Planejamento



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP N° 54/2025 - CMP/PROAD (12.01.10)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado eletronicamente em 18/08/2025 14:44)

LORENA ANDRADE BARRETO SILVA

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###563#6

(Assinado eletronicamente em 18/08/2025 14:43)

NICOLLE GIUDICE BRITO

ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO

NUCOM/CMP (12.01.10.02)

Matrícula: ###678#2

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: **54**, ano: **2025**,
tipo: **ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES ETP**, data de emissão: **18/08/2025** e o código de verificação:
09554a72b5